

Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal*, introducción y transcripción paleográfica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, Universidade Lusíada Editora, 2014, 628 págs. ISBN: 978-989-640-171-9

De uma figura cimeira da cultura portuguesa como foi Damião de Góis, dir-se-ia que não restaria obra volumosa ainda por publicar: aqui se perfila porém o presente *Livro de Linhagens de Portugal* para desfazer tal presunção. Em boa hora, foi por fim dada à estampa esta obra mantida até agora sob forma manuscrita em diversas cópias dispersas por arquivos e bibliotecas. Espanta que tal lacuna tenha sido possível. Mas haverá razões que a expliquem.

Em primeiro lugar, a natureza genealógica da obra. Em redor de Damião de Góis forjou-se ao longo dos séculos a imagem de homem multifacetado do Renascimento: viajante, diplomata, funcionário régio, escolar, músico, mas sobretudo humanista que ombreou com alguns dos maiores autores e artistas do seu tempo. Enquanto escritor, é costume assinalar-se que a sua produção literária se diversificou em obras de carácter historiográfico, geográfico e corográfico, algumas das quais de cariz assumidamente polémico, além de um impressionante contributo epistolográfico. Do retrato biográfico e literário de Damião de Góis parece assim arredada, ou apenas subjacente, a faceta de homem de corte. Que ele foi contudo por criação, como moço da câmara de D. Manuel I, a quem serviu de camareiro e de guarda-roupa, e depois moço fidalgo de D. João III; mais tarde, de regresso a Portugal após a prolongada estadia no estrangeiro, quando este mesmo rei o nomeou guarda-roupa do príncipe D. João (cargo que não chegou a assumir) e guarda-mor do arquivo régio da Torre do Tombo. Esta mesma faceta de cortesão estaria na origem da encomenda que D. João III lhe fez das crónicas do rei D. Manuel I e do príncipe D. João (futuro D. João II), sem

contudo nomeá-lo cronista-mor do reino. A dimensão áulica de Damião de Góis foi porventura obnubilada pela sua aura de humanista cosmopolita perseguido pela Inquisição, o que permite compreender, pelo menos em parte, que uma obra como o *Livro de Linhagens*, desenquadrada do perfil predominante do seu autor, tenha permanecido inédita até à presente edição.

Outros motivos se podem porém descortinar para tal preterição, decorrentes de questões intrínsecas ao teor da obra. Diversos indícios apontam para uma recepção polémica deste manuscrito precisamente junto de linhagens na época detentoras de peso político, tal como sucedeu com as referidas crónicas régias, que Damião de Góis se viu obrigado a rever e corrigir. Longe de constituírem matéria inócua, os estudos genealógicos revestiam-se de uma dimensão utilitária para a modelação da hierarquia social, na medida em que a estrutura linhagística e as relações de parentesco se revelavam determinantes para a detenção e transmissão do património material e simbólico que estava na base da condição nobiliárquica. Não será por isso de espantar que o manuscrito do *Livro de Linhagens*, arredado do prelo e ciosamente conservado na Torre do Tombo, tenha misteriosamente desaparecido a seguir à morte do guarda-mor Diogo de Castilho, em 1632; e que as buscas empreendidas em 1633 e em 1637 se tenham revelado infrutíferas, como assinala Pestana de Vasconcelos na sua introdução (pp. 13-14). Felizmente, haviam entretanto sido tiradas diversas cópias, das quais este estudioso rasteou uma dúzia, elaborando de seguida uma cuidada filiação dos diversos manuscritos assinalados em tempos por bibliógrafos, uma dezena dos quais ainda hoje identificáveis e

passíveis de serem consultados. Seguindo critérios de autenticidade e fiabilidade dos manuscritos existentes, Pestana de Vasconcelos procedeu à leitura comparada dos códices mais próximos do original – o Cód. 977 da Biblioteca Nacional de Portugal e o Cód. 21-F-37 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, caldeados com o Cód. 49-XIII-19 da Biblioteca da Ajuda, que complementa os anteriores em alguns aspectos –, estabelecendo assim uma segura edição crítica do texto goesiano. Todas estas condicionantes heurísticas terão concorrido para inviabilizar uma anterior publicação do *Livro de Linhagens* de Damião de Góis.

Acresce ainda que, dentro do género genealógico, a obra deste humanista se situou num hiato singular. A produção medieval portuguesa revelara-se substancial neste âmbito, desde o *Livro Velho de Linhagens* de finais do século XIII e o *Livro de Linhagens do Deão* do segundo quartel da centúria seguinte, até ao pouco posterior *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, sem dúvida a obra genealógica medieval de maior alcance e difusão não apenas em Portugal como nos restantes reinos peninsulares, onde foi largamente copiado, acrescentado e glosado. No século XV, a realização de obras genealógicas esmoreceu, para retomar timidamente no século seguinte, porém com escassos autores. Finalmente, a partir do século XVII, voltou a eclodir e as obras genealógicas foram-se multiplicando até atingir o paroxismo no século XVIII, em que o género genealógico se tornou numa componente indeclinável do saber histórico. A existência deste intervalo na produção de obras genealógicas nos séculos XV e XVI repercutiu-se, naturalmente, nas preferências historiográficas desde o século XX até à actualidade.

Com efeito, foi o próprio Alexandre Herculano, considerado como fundador da historiografia contemporânea portuguesa, a apontar e debater o valor histórico das fontes genealógicas (*Memoria sobre a origem provavel dos Livros de Linhagens*, 1854). O

mesmo autor tratou em seguida da edição de nobiliários medievais logo no primeiro volume de *Scriptores dos Portugaliae Monumenta Historica*, com um estudo introdutório em que colocava a ênfase na questão da crítica das fontes, sem deixar também de assinalar o interesse de que os textos genealógicos medievos se revestiam como fontes para o conhecimento da história política e social. A orientação assim proposta por Herculano foi prosseguida pelo seu principal herdeiro nos estudos genealógicos, Anselmo Braamcamp Freire em 1956, o qual, contudo, não chegou a dar à estampa o nobiliário que pretendia publicar. Ao longo do século XX, sucederam-se as edições parcelares de nobiliários medievais¹ até à edição crítica de todos por José Mattoso na nova série dos *Portugaliae Monumenta Historica*, que assim dava continuidade ao trabalho pioneiro de Herculano, concluindo-o também com um estudo modelar sobre as questões heurísticas levantadas por estes diversos textos².

No outro extremo cronológico da produção genealógica, as fontes do Antigo Regime tardaram em ser editadas, quando comparadas com as medievais. Nenhum historiador oitocentista se interessou por elas; em contrapartida, já no século XX, foram editadas e por vezes reeditadas algumas das principais obras genealógicas dos séculos XVII e XVIII, como as de Alão de Morais (*Pedatura Lusitana-Hispanica em que se contem varias familias nobres, e illustres*, 1943-1948 e *Pedatura Lusitana. Nobiliário das Famílias de Portugal*, 1997-1998), Manso de Lima (*Famílias de Portugal*, 1925-1931) e Felgueiras Gaio (*Nobiliário de Famílias de Portugal*, 1938-1941 e *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 1992), além das duas reedições (a segunda parcelar, uma vez que omitiu os volumes das *Provas*) da monumental obra de D. António Caetano de Sousa (*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 1946-1955 e 2001).

Do hiato entre Idade Média e Antigo Regime, apenas se contava até agora com a

excepção do nobiliário *Livro de Linhagens do Século XVI* publicado por António Machado de Faria em 1956: trata-se de um manuscrito anónimo do século XVI conservado no arquivo da Casa dos Marqueses de Fronteira.

A incidência quase exclusiva na publicação de nobiliários da Idade Média e do Antigo Regime, com descontinuidade nos séculos XV e XVI, repercutiu-se inevitavelmente na atenção que os historiadores portugueses concederam ao género genealógico, muito diferenciada consoante estes três períodos históricos. Na esteira de Alexandre Herculano e de Braamcamp Freire, diversos historiadores consagraram esforços às questões filológicas e heurísticas dos nobiliários medievos, como, entre outros, Costa Veiga, António Amora, Silva Tarouca, Lindley Cintra, Machado de Faria, Diego Catalán, António José Saraiva, ou Juan Paredes. Nos citados estudos introdutórios à edição dos nobiliários nos *Portugaliae Monumenta Historica*, José Mattoso incluiu um estado da arte, tal como mais tarde o fez José Augusto de Sottomayor-Pizarro (*Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 1999).

Para lá das problemáticas de filiações e definições textuais, os mesmos nobiliários foram objecto de estudo enquanto fontes para a história social, cultural e política. Assim, José Mattoso inseriu as obras portuguesas no contexto da produção genealógica europeia; o mesmo autor prodigalizou, em diversas ocasiões, interpretações circunstanciadas de determinadas narrativas sob uma perspectiva política, proporcionando igualmente uma antologia comentada (*Narrativas dos Livros de Linhagens*, 198); Luís Krus abordou os nobiliários numa perspectiva cultural e espacial (*A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, 1994); Pedro Picoito tratou deles do ponto de vista principalmente político, de legitimação da nobreza (*As Musas e a História. História, conflito e legitimação política nos livros de linhagens*, 1997), no que foi seguido, mais recentemente, por Stéphane Boisselier; e José Augusto de

Sottomayor-Pizarro realizou um estado da questão da produção genealógica portuguesa, fornecendo outrossim o enquadramento sociocultural das narrativas dos nobiliários na sua caracterização das linhagens medievais.

Saltando sobre o período renascentista, a historiografia actual, para a qual a nobreza voltou a ganhar o foro de tema lúdimo, retomou o estudo dos nobiliários nos séculos XVII e XVIII. Contudo, a dimensão de auto-representação da nobreza moderna tem incidido sobretudo sobre questões de produção tratadística e de cultura visual (como a heráldica); ao passo que as obras genealógicas têm sido consideradas mais pelo seu valor prático, para conhecimento das ligações familiares e estudo de casos específicos de criação de narrativas linhagísticas. Exceptua-se o trabalho de João de Figueirôa-Rêgo (*Reflexos de um poder discreto*, 2008) que, com base na obra de D. Flaminio de Sousa mas fornecendo uma visão geral dos circuitos de produção e circulação dos nobiliários, pôs em evidência o papel de que o saber genealógico e os seus cultores se revestiram para a caracterização da nobreza moderna, analisando-os como instrumentos de construção identitária e de validação da hierarquia social.

Em contraponto ao que se verifica para o período medieval e para os séculos XVII e XVIII, a historiografia portuguesa tem-se revelado menos atenta à produção de obras genealógicas dos séculos XV e XVI. Situando-se no contexto da segunda metade deste último século e o período filipino, Guillén Berrendero (*La Edad de la Nobleza. Identidad nobiliaria en Castilla y Portugal (1556-1621)*, 2012) estudou a produção tratadística e os mecanismos de reconhecimento nobiliárquico com base em categorias e em práticas reconhecidas; contudo, este autor privilegiou a produção tratadística, não aprofundando a análise específica da produção dos nobiliários portugueses, com excepção do supracitado anónimo publicado por Machado de Faria que até agora constituía, na verdade, a única fonte deste tipo dada à estampa.

Este relance sobre a historiografia dedicada à literatura genealógica portuguesa evidencia, assim, a oportunidade da edição do *Livro de Linhagens* de Damião de Góis. A sua importância não deriva apenas da projecção do seu autor na cultura portuguesa, mas também do facto de este livro vir colmatar um vazio e constituir, por conseguinte, uma espécie de elo perdido entre os nobiliários medievais e modernos até agora impressos. A partir desta edição, tornar-se-á possível estabelecer filiações pertinentes entre uns e outros, evidenciando as formas de transmissão, difusão e integração (ou refundição) dos textos desta natureza. Todo um universo filológico se abre portanto com a publicação da obra genealógica de Góis.

Mas o interesse do *Livro de Linhagens* não se esgota nos campos da filologia ou da genealogia propriamente dita. É importante compreender que a obra genealógica de Damião de Góis não se limita a prolongar os livros de linhagens medievais, actualizando-os. O autor procura inserir o género genealógico no enquadramento do saber histórico tal como era considerado e praticado na sua época, o que tem consequências de relevo, por exemplo, no campo do método. Góis revela, em diversos trechos da sua obra, uma preocupação nova no que respeita à consulta e confrontação das fontes, bem patente nas pesquisas que desenvolve para tentar resolver, por exemplo, a questão da filiação do Conde D. Henrique.

Mas, e nisso residirá o seu principal interesse para os historiadores do século XVI, o *Livro de Linhagens* espelha também o novo paradigma do nobre cortesão. Desde o século XV, constituíra-se um novo modelo de nobreza, colocada ao serviço do rei e reunida em seu redor numa estrutura de complexidade crescente: a corte. A curialização da nobreza desenvolveu-se mediante a afirmação de uma hierarquia própria da corte, em que as linhagens foram criando intrincados mecanismos de estruturação. Tal hierarquização traduziu-se em categorias ditas pela Coroa

(as moradias da Casa Real), consubstanciadas por disposições normativas, mas também em instrumentos de cultura visual, com realce para a apropriação e instrumentalização de que a heráldica foi objecto por parte do poder régio. O que implica que os objectivos e os parâmetros desta obra genealógica quinhenista diferem substancialmente dos das suas congéneres medievais: embora centrado à mesma na linhagem, o nobiliário goesiano deixa transparecer, sobretudo na sua estruturação, outros critérios que se prendem com a centralidade da dinastia real e com a hierarquização da corte.

O *Livro de Linhagens* de Damião de Góis assume-se, assim, como reflexo da sociedade de corte que o gerou: a sua organização interna espelha e em simultâneo participa na construção de uma determinada ordem hierárquica, correspondendo a estratégias de afirmação das linhagens no contexto áulico. Nesse sentido, como já assinalou Sottomayor-Pizarro, o nobiliário de Góis relaciona-se de forma íntima com os monumentais armoriais régios da primeira metade do século XVI e mesmo com a sala dos brasões do paço real de Sintra: todas estas realizações entendem-se como fontes de criação e perpetuação de uma determinada ordem social, sob a égide da Coroa. Importa também realçar o papel desempenhado não apenas pelos monarcas, mas também pelos seus familiares mais próximos, que formavam o importante conceito de dinastia régia, ocupando um patamar intermédio entre o soberano e a nobreza curial. É conhecida a acção mecenática dos filhos segundos de D. Manuel nestas áreas, com destaque para a genealogia iluminada do infante D. Fernando ou para o livro de armas do infante D. Duarte (infelizmente ainda por publicar); a que se deve juntar o *Livro de Linhagens*, que terá resultado de uma encomenda do infante D. Luís.

Deste modo, o rei, os seus parentes próximos e a demais nobreza cortesã uniam-se na produção de instrumentos diversificados de afirmação da hierarquia áulica e na partilha de

ideais, de interesses e de códigos. Assinale-se, aliás, que é atribuído a Damião de Góis um livro de *Avizos que deve guardar hum Corteção*, com o qual se completaria esta pouco valorizada faceta do humanista enquanto homem de corte. Por isso, a edição do *Livro de Linhagens* revela-se tão importante para o conhecimento integral da obra de Damião de Góis, como para a caracterização da cultura de corte portuguesa do século XVI, em particular no entendimento do papel que o saber genealógico nela desempenhou. A edição crítica de Pestana de Vasconcelos veio abrir as potencialidades de exploração de campos até agora mantidos em pousio.

Por último, assinale-se o conjunto de circunstâncias propícias que permitiram a existência desta publicação. Antes de mais,

o trabalho de pesquisa e fixação da edição crítica por António Pestana de Vasconcelos, realizado no âmbito do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Porto) sob a orientação de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, trabalho possível mercê da obtenção de uma bolsa de pós-doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Em seguida, o acolhimento que esta obra teve por parte do Instituto Português de Heráldica, que patrocinou a sua edição com o apoio do Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos (Universidade Lusíada de Lisboa) e do CEPES. Como se vê, a edição do *Livro de Linhagens* de Damião de Góis resulta portanto do contributo de diversas instituições e da interacção entre esfera pública e privada.

Miguel Metelo de Seixas

*Instituto de Estudos Medievais / Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa*